

## A POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### Contributo para um estudo do desenvolvimento local\*

Fernando J. Afonso Diogo\*\*  
Licínio M. Vicente Tomás  
Octávio H. Ribeiro de Medeiros

"A Universidade é, hoje em dia, como vem sendo ao longo de séculos, uma instituição fundamental das sociedades mais evoluídas, porque exprime, em grau de excelência, o cultivo das ciências e das artes, a reflexão e a especulação, tudo actos indispensáveis ao homem, como verdadeiro alimento do espírito e decisiva fonte de progresso material e social".

(MÁRIO PINTO)

### Introdução

Uma Universidade, qualquer que seja a sua idade, deve constituir "fonte de progresso material e social" e proporcionar a "valorização das pessoas" dos Países e/ou das Regiões onde se insere<sup>1</sup>. E deve fazê-lo sem

\*\* Este trabalho integra-se num projecto de investigação, ainda em curso no Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores sobre "Aspirações e Representações Sociais dos Estudantes", sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Gilberta Rocha.

\*\* Os autores são assistentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Mário Pinto, Ministro da República para os Açores, no discurso proferido na Sessão Solene de Abertura do Colóquio de Gaspar Frutuoso, Universidade dos Açores, 4 de Novembro de 1991.

sacrificar a sua vocação intrínseca (Universalidade) e a sua expressão jurídico-institucional (Nacionalidade). Por definição, tem data, nome, nacionalidade.

Segundo o Decreto-Lei nº 5/76 de 9 de Janeiro, o Instituto Universitário dos Açores foi criado "tendo presente que o carácter de insularidade da região implica soluções particulares que o ajustem à realidade geográfica, económica e social do arquipélago"<sup>2</sup>.

Além disso, pretendia-se, ainda segundo o mesmo Decreto-Lei, "dotar as diversas zonas do País de unidades de ensino, investigação, extensão cultural e prestação de serviços à comunidade, capazes de responder às necessidades de democratização do País e de um desenvolvimento regional equilibrado"<sup>3</sup>.

Os objectivos então propostos não sofreram alteração com o Decreto-Lei nº 252/80, de 25 de Julho, que transforma o Instituto Universitário em Universidade dos Açores. Esta transformação "tem em vista satisfazer anseios legítimos das respectivas populações"<sup>4</sup>.

Assim sendo, continua válida a necessidade de responder às necessidades das populações do Arquipélago, dando "expressão científica e intelectual à sua peculiaridade"<sup>5</sup>, tendo presente o carácter de insularidade que nos marca e nos distingue, sem "prejuízo da relevância do interesse nacional globalmente considerado"<sup>6</sup>.

O primeiro sinal de tal processo deu-se, no dizer de José Enes, em 1810 com a criação da Academia Militar da Ilha Terceira, logo extinta em 1825. Esta Academia teve um curso de 4 anos e podia ser frequentada por "paisanos", como a linguagem militar chamava aos civis<sup>7</sup>. Tal Academia não era, porém, a forma de ensino superior de que a sociedade açoriana carecia. No entanto, foi a propósito dela que "foi elaborado um documento que é a primeira consciencialização socialmente significativa da exi-

<sup>2</sup> Cf. *Guia Informativo da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, 1988, 169.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> *Idem*, 182-183.

<sup>5</sup> Cf. António Machado Pires, "Discurso de Abertura" in *Pensando no X Aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, 1986, 10.

<sup>6</sup> Cf. *Guia Informativo da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, 1988.

<sup>7</sup> José Enes, "Fundação e perspectiva histórica da Universidade dos Açores", in *Pensando no X Aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, 1986, 47-48.

gência do ensino superior nos Açores entendido como estrutura institucional necessária à culturalização e ao progresso da sociedade açoriana"<sup>8</sup>.

Na sequência dos passos que se foram dando desde o século XIX, as décadas de 40 e 50 deste século foram marcantes pela intensa actividade científica nelas desenvolvida. Foi, aliás, neste período, e em Ponta Delgada, que se fizeram as primeiras e sérias tentativas para a criação do ensino universitário nos Açores<sup>9</sup>. A Universidade, porém, "surgiu de uma longa sequência de tendências e tentativas precisamente no momento em que elas se estruturaram numa capacidade colectiva de organização institucional para a cientificação do processo culturalizador da nossa sociedade"<sup>10</sup>.

Aliás, "para que uma sociedade possa pensar em ter uma universidade tem de adquirir a capacidade de elaborar o conhecimento crítico das suas estruturas e do seu funcionamento de modo a formular os objectivos e os métodos de um projecto próprio de auto-aperfeiçoamento"<sup>11</sup>.

A capacidade de resposta às actuais necessidades da Região adquire-se, fundamentalmente, pela qualidade do ensino ministrado e pela validade científica da investigação realizada. E a Universidade é, por definição, o espaço privilegiado para que uma e outra aconteçam, "criando e consolidando a nossa identidade"<sup>12</sup>. No dizer de Jean-Louis Quermonne, "Universidade é uma instituição autónoma de natureza científica, pedagógica e cultural que tem por missão, no respeito ao pluralismo, à tolerância e ao espírito crítico, fazer progredir a ciência respondendo às necessidades expressas, em matéria de formação, de investigação e de cultura, pelo seu ambiente e em relação constante com ele"<sup>13</sup>.

Qualquer que seja o tipo de abordagem ou de enfoque, encontramos sempre mencionada a urgente necessidade de responder aos desafios do meio em que a Universidade se insere. No caso concreto da Universidade dos Açores — a de Língua e Cultura Portuguesas mais ocidental da Euro-

<sup>8</sup> *Idem*, 48.

<sup>9</sup> *Idem*, 55.

<sup>10</sup> *Idem*, 56.

<sup>11</sup> *Idem*, 47.

<sup>12</sup> Cf. António Machado Pires, *op.cit.*, 10.

<sup>13</sup> Cf. Francisco Carmo, "As Ciências Sociais ponto de encontro entre o compromisso social e a função cultural da Universidade" in *Arquipélago-Ciências Sociais*, nº 1, Ponta Delgada, 1986, 183.

pa — essa urgência é ainda mais premente. Entre outras razões, pela necessidade de se consolidar a autonomia institucionalmente adquirida; pela expectativa que as populações têm nos planos de desenvolvimento propostos, para que não só atenuem o atraso a que foram sujeitas, mas garantam a qualidade de vida para todos; pelo aumento da escolaridade nas camadas mais jovens da população e pelas novas aspirações latentes ou manifestas que surgem no tecido social insular; pelas transformações aceleradas na estrutura social e cultural, com repercussões inevitáveis na vida das instituições<sup>14</sup>.

Tudo isto exige da Universidade a capacidade de se *re-pensar* continuamente e de se esforçar por compreender cada vez mais e melhor a realidade envolvente. O mesmo será dizer que impende sobre ela a responsabilidade de reflectir sobre o homem, não só em abstracto, mas também datado e situado, com raízes espaço-temporais.

Neste contexto, a Universidade deve encontrar a harmonia entre a preparação de quadros técnicos, necessários ao desenvolvimento da Região e o aprofundamento do saber, devendo para tal “estimular qualitativamente a inteligência, ajudando a criar e a promover o nível intelectual e a identidade cultural das populações”<sup>15</sup>.

Pela reflexão sobre a situação do homem, e do ambiente concreto que o rodeia, a Universidade poderá fazer emergir do seio da sociedade mais pessoas conscientes, tecnicamente mais preparadas para intervir sobre a realidade. Além disso, através desta tomada de consciência e da atitude crítica que ela ajuda a desenvolver, a Universidade contribui para a libertação da pessoa. Este contributo é fundamental, pois a vocação do ser humano não pode realizar-se sem uma reflexão sobre as condições espaço-temporais e um mergulhar nelas com espírito crítico, em perspectiva científica. Assim, talvez se consiga mais facilmente o ajustamento entre os meios necessários e os objectivos propostos e se detectem quais os factores socio-culturais condicionantes do desenvolvimento local e dos processos de inovação correspondentes.

Neste sentido, a Universidade é chamada, por vocação própria, a integrar na sua acção a “função cultural” e a “função profissional”. Como diz Carrier, “Se a universidade desempenha mais directamente uma função profissional, exerce, mais largamente, uma função cultural, que é tam-

<sup>14</sup> Cf. *Idem*, 183.

<sup>15</sup> Cf. António Machado Pires, *op.cit.*, 10.

hém um serviço indispensável ao progresso das sociedades...”<sup>16</sup>. Procedendo deste modo, ela concilia a utilidade (compromisso social) com a sabedoria (função cultural).

Correspondendo à sua vocação, inserindo-se activamente na construção da sociedade e orientando-a da melhor forma na mudança, ela cumpre plenamente a sua vocação e contribui para o desenvolvimento local. No dizer de Machado Pires, ela é “o espaço próprio para fazer progredir científica e tecnologicamente a sociedade, revendo e criando saberes e princípios, adestrando inteligências, desenvolvendo capacidades”<sup>17</sup>.

Os alunos, “condição essencial para o crescimento e dinamização de uma universidade”<sup>18</sup>, são agentes deste processo, quer enquanto futuros “quadros” da Região e do País, quer “como estímulo à reflexão e investigação exigidas”<sup>19</sup>.

A Universidade dos Açores, experienciando a vivência do seu “ciclo de expansão e diversificação”, necessita de ver consolidada a sua intervenção na Região bem como a sua permanente e estrutural vocação para desenvolver e identificar os Açores.

É um facto inegável que a escolarização nas sociedades industrializadas tem vindo a abranger, principalmente a partir dos anos 50 do nosso século, cada vez mais indivíduos durante cada vez mais tempo<sup>20</sup>.

A explicação desta dinâmica, como refere Boudon<sup>21</sup>, prende-se com um conjunto de razões que levaram a um aumento gradual das taxas de escolarização:

- a) uma razão ideológica: a democratização do ensino, segundo a qual o aumento da escolaridade é um bem em si;

<sup>16</sup> Cf. Francisco Carmo, *op. cit.*, 185.

<sup>17</sup> Cf. António Machado Pires, “O Perfil do universitário na sociedade contemporânea”, in: *Pensando no X Aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, 1986, 164.

<sup>18</sup> Cf. António Machado Pires, *op.cit.*, 18.

<sup>19</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>20</sup> Cf., por exemplo, André Petitat, *Production de l'école - production de la société*, Genève/Paris, Droz, 1982, 443; Sérgio Grácio, *Política educativa como tecnologia social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, 120 ou Ramon Boudon e Jamina Legneau, “A desigualdade de oportunidades perante o ensino na Europa Ocidental”, *Perspectivas*, vol. X, n.º 2, 1980, 188-195.

<sup>21</sup> Boudon, *op. cit.*, 188; 193.

- b) uma razão social: a necessidade de preservar um estatuto mais elevado ou a expectativa de ascensão social através da posse de uma escolaridade mais elevada;
- c) uma razão económica: a mudança e a complexificação económica exigem maiores qualificações para enfrentar o mercado de trabalho;
- d) uma necessidade de ecologia social: são necessárias cada vez mais qualificações escolares para nos movermos no ambiente social em que vivemos, de um tecnicismo e complexidade crescentes.

Entre a vertigem informática e o inextricável revés da credibilidade no devir económico, a nossa época parece assistir impavida ao recrudescer da miragem tecnológica. Ao mesmo tempo que floresce a consciencialização de uma "ciência sem consciência"<sup>22</sup> e que desvanesce a esperança mítica num progresso sem limites para as sociedades humanas, os Recursos Humanos constituem o último reduto da riqueza das Nações<sup>23</sup>. A par da tomada de consciência acerca da importância do factor humano, na sua plenitude, está a aposta crescente na formação e qualificação para o desempenho técnico e especializado que, nas sociedades modernas, se consubstancia na própria condição de sobrevivência.

Identifica-se frequentemente o sistema escolar em geral, e a Universidade em particular, como algo formalmente instituído tendente à promoção do saber e à formação de recursos humanos adequados às solicitações da economia. A Universidade, após o logro do maquinismo desenfreado abarca, pois, esta redescoberta, apostando no capital humano e na esperança de valorização individual e de promoção pessoal que lhe estão associadas.

Assim, recaem sobre a Universidade expectativas que incarnam, difusa e efectivamente, os valores e as crenças no progresso, edificadas pela sociedade global. Crenças indissociáveis das aspirações pessoais, que vêem na educação o instrumento mais viável para o crescimento económico e, em última instância, para atingir o bem estar pessoal e social. Numa palavra, a crença no progresso e desenvolvimento socio-cultural é inseparável — mesmo na sua versão Humanista — da crença nos benefícios da

<sup>22</sup> A expressão é de Edgar Morin, *Science avec Conscience*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1982.

<sup>23</sup> Guy Sorman, *A Nova Riqueza das Nações*, Lisboa, Difel, 1988 (cl.1)

educação e na promoção pela educação. Foi certamente grande a polémica acerca do papel e da função que na sociedade cabe à *instituição escola*. O que é tanto mais evidente se tivermos em conta que o debate surge sempre que o sector da educação é abalado por tensões sociais e económicas.

Sabemos que a promoção do desenvolvimento científico não é apátrio exclusivo da Universidade, mas antes do sistema de ensino e da comunidade na sua globalidade. Se, à semelhança de Gaston Mialaret, entendermos "a educação como um sistema estruturado de leis, de instituições, de programas, de métodos e de avaliação, de algum modo comuns e aceites por uma determinada sociedade"<sup>24</sup>, torna-se conceptualmente nítida a inserção no tecido social da instituição de natureza particular que é a Universidade.

Esta adquire conteúdo específico quando é pensada como sistema dentro de um ambiente relacional mais amplo que, aliás, comanda os princípios "difusos" por que se rege, os quais dificultam e simultaneamente dinamizam a sua gestão. Dentro do sistema de ensino, a Universidade é, nas representações comuns, a instituição que consubstancia uma efectiva e plena vocação para transmitir conhecimentos especializados podendo permitir, através do reconhecimento das qualificações, uma mobilidade social ascendente. Sem menosprezar o seu papel promotor e criador de meios técnicos e científicos que põe ao dispor da comunidade, sob formas mais explícitas e directas, a Universidade e o sistema de ensino na sua globalidade constituem factores de transformação ou de reprodução social, assumindo, este último aspecto, cariz menos explícito na trama social.

Não cabe no âmbito do presente trabalho saber qual a representação que os diversos agentes sociais, e em particular aqueles que por ela passam — os estudantes — têm relativamente à Universidade ou ao sistema de ensino. No entanto, é dentro dessa problemática, tendente a um conhecimento mais rigoroso das aspirações dos próprios estudantes, que se insere o projecto de investigação mais amplo de que o presente contributo é apenas a primeira fase.

<sup>24</sup> Cf. Jorge Carvalho Arroeteia, *Análise Social da Educação*, Ed. Roble, Lisboa, 1991.

### 1 - Questões metodológicas e enquadramento teórico

Não obstante a heterogeneidade da temática e a complexidade das relações de natureza particular que configuram este espaço social, consideramos ser metodologicamente necessário estabelecer as opções tomadas que, condicionando o alcance dos resultados, se nos impõe desde já escla-recer.

Com este trabalho pretendemos tão somente a caracterização da população estudantil desta Universidade. Fê-lo-emos sob duas vertentes: pelo levantamento da proveniência geográfica e das origens socio-profissionais, conjugadas com as variáveis de caracterização pessoal de sexo e idade. Entre outras, subjaz a preocupação de verificar quais as características que diferenciam os estudantes em cada curso: saber se existe ou não fixação dos quadros formados por esta Universidade no meio açoriano; e qual o peso dos estudantes continentais, comparativamente com os alunos originários do arquipélago<sup>25</sup>.

Antes de mais, devemos dar conta da escassez de informação disponível tanto no que respeita às estatísticas oficiais, como às existentes nos Serviços Académicos, situação esta agravada pelo incêndio ocorrido em Junho de 1989. Por tais motivos, apenas foram considerados os dados a partir desse ano. Este trabalho é, pois, um primeiro estudo descritivo que contribui, em certa medida, para delinear o papel da Universidade na Região.

Servimo-nos da informação disponível nos Serviços Académicos, recolhida no acto da matrícula para o ano lectivo 1992/1993. Deste modo, se a proveniência geográfica pode facultar elementos concretos para res-ponder ao problema da predominância da valorização dos Recursos Humanos locais ou exteriores, a proveniência social remeter-nos-á para ques-

<sup>25</sup> Em Portugal já se realizaram alguns estudos sobre a população universitária. Salientamos o do Gabinete de Investigação Social da Universidade de Lisboa (ICS) e outro dos docentes do ISCTE. Confira-se João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Famílias, estudantes e Universidade, s.d.- Painéis de observação sociográfica", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, 129-150; e in VV., 1990 (d. 1), *A Sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Vol. I, "Estudos", Lisboa, Fragmentos; e Junho de 1989, "Identities e orientações dos estudantes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27-28, 198-209; *Análise Social*, Vol. VI, nº 20-21 e nº 22-23-24, que são números temáticos dedicados à Universidade na vida portuguesa

tões que têm a ver com a mobilidade social, podendo ainda ser tomada como indicador do grau de democratização do ensino, salientando a diferença existente em termos de oportunidades de acesso.

Para estabelecer a categorização social dos alunos, a primeira dificuldade com que nos deparamos foi ao tratar da variável profissão. Questão que não é de modo algum inédita, pois encontra-se subjacente em qualquer projecto ou tentativa de manuseamento concreto de grandes bancos de dados. Tanto do ponto de vista sociológico, como económico, esta variável revela grande importância, sobretudo pela sua natureza multidimensional, cuja relação com o posicionamento social e nível de vida é facto aceite pelas mais elementares teorias antro-po-sociais.

Não podendo tratar da profissão dos próprios estudantes cuja qualificação e definição permanecem ainda bastante problemáticas, remetemos os indivíduos para a profissão dos pais, dado este critério se ter revelado de grande pertinência em estudos anteriores da mesma natureza<sup>26</sup>. Esta questão foi bastante desenvolvida em teses que explicitam "a transmissão do capital cultural"<sup>27</sup>, salientando que a profissão dos pais e a situação do agregado familiar — em particular a posição do pai — condicionam as trajectórias dos filhos quer a encaremos na sua vertente simbólica, quer material. Por um lado, este elemento (o pai) constitui frequentemente a principal ou única fonte contributiva do agregado, pois as taxas de actividade feminina na Região são as mais baixas do País — 30%. Por outro lado, esta opção tem também em vista ultrapassar a dificuldade de exploração dos dados, quando se tem de entrar em linha de conta com um número tão elevado de "domésticas", categoria que recobre um conjunto muito heterogéneo de situações. No caso vertente, representam 52,5% do universo em estudo. São estas, entre outras, as razões que nos levaram a neutralizar esta categoria, bem como a de "reformado/a", por não permitirem tirar conclusões verificáveis empiricamente.

Recorremos à *Classificação Internacional Tipo das Profissões de 1988 (CITP-88)*<sup>28</sup> para a caracterização, dado que o nível de desagrega-

<sup>26</sup> Cf. Ferreira de Almeida, *et al.*, *op.cit.*

<sup>27</sup> Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, *La Reproduction*, Ed. De Minuit, Paris, 1970.

<sup>28</sup> Pedro Lima, António Pedro Dóres e António Firmino da Costa, "Classificações de profissões nos Censos 91", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 1991 nº 10, CIES/ISCTE, 43-66

ção com que se recolheu a profissão impossibilita outra forma de tratamento. Esta classificação permitiu a operacionalização da variável profissão viabilizando, de facto, o tratamento da informação colhida no sentido de se obterem grupos socio-profissionais com um nível de desagregação pertinente em relação aos objectivos da análise pretendida.

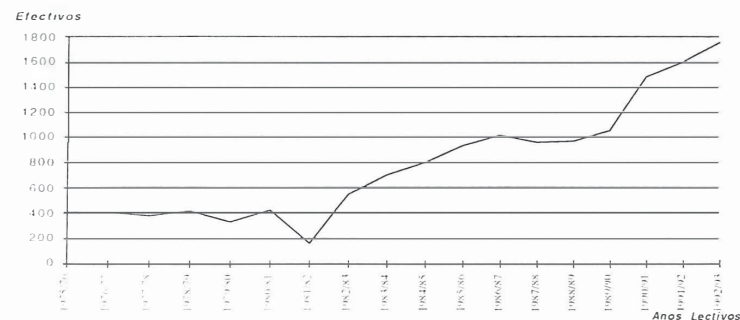
Pelo exposto, não se trata de um processo de amostragem, mas da análise de todo o universo da população estudantil. Isto é, um total de 1420 alunos matriculados nos diversos cursos em qualquer dos anos no pólo de Ponta Delgada, deixando de fora o pólo de Angra do Heroísmo.

## 2 - Evolução retrospectiva: alguns indicadores.

O efectivo discente da Universidade dos Açores foi crescendo e quase quadruplicou desde o seu 1º ano de funcionamento. Pela leitura dos dados verificamos que a evolução apresenta dois períodos perfeitamente distintos: — o 1º desde a sua instalação até 1980/81 e o 2º de 1981/82 até aos nossos dias. Períodos estes que contrastam sobretudo pela diferencial taxa de crescimento anual médio. Enquanto numa 1ª fase esta foi praticamente nula — menos de 0,6%, na segunda, situa-se em 28%.<sup>29</sup> Sabemos que o primeiro diz respeito à fase de existência do Instituto Universitário, enquanto o início do segundo coincide com a sua transformação em Universidade. A situação actual apresenta um acréscimo significativo da tendência de crescimento observada, respectivamente 8,5%, 40,1%, 8,3% e 9,6% do ano lectivo de 1991/92 para 1992/93, como se depreende da leitura do Gráfico seguinte:

<sup>29</sup> Cálculamos as taxas anuais médias de acordo com a aplicação do modelo utilizado para o crescimento populacional.

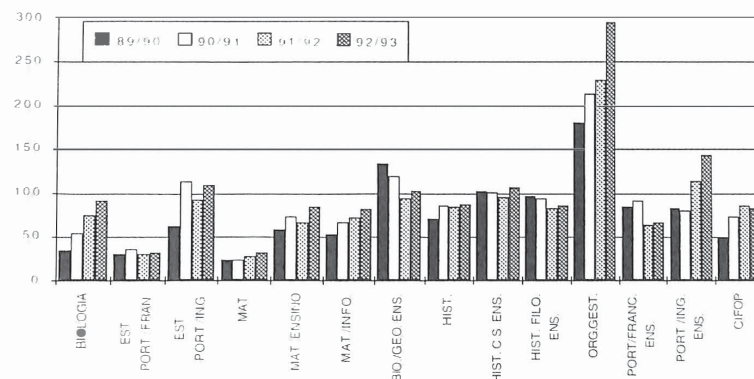
Gráfico 1  
Evolução dos Quantitativos dos Alunos da U.A. desde 1975



Para explicar o esvaziamento registado em 1981/82 muito contribuiu o facto de se estar num ano de transição e no início da implantação da Universidade.

Atendendo ao volume de alunos em cada curso, no respeitante aos últimos 4 anos lectivos, para os quais dispomos de dados, a evolução registada foi a que se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2  
A Evolução dos Quantitativos por curso desde 1984/85 a 1992/93



Pela evolução comparativa em cada curso, no último quinquénio em análise, podemos verificar um crescimento global e um significativo aumento dos efectivos totais, apesar de alguns cursos contrariarem essa tendência. Assim cursos "Via Ensino" como os de História/Filosofia, Biologia/Geologia, Português/Francês, apresentam uma ligeira diminuição. Dentro do volume total teve sempre maior peso relativo, em cada ano lectivo, o curso de Organização e Gestão de Empresas que, note-se, no período em consideração aumentou sempre o seu peso relativo no conjunto.

Quadro 1  
Peso relativo de cada curso no total dos últimos 4 anos lectivos

CURSOS	89/90	90/91	91/92	92/93
Biologia	3,3	4,4	6,2	6,5
Est. Port./ Francês.	2,9	2,9	2,6	2,3
Est. Port./ Inglês	5,8	9,2	7,7	7,8
Matemática	2,3	1,9	2,22	2,3
Matemática (Via Ensino)	5,5	6,0	5,52	6,1
Matemática /Informática	4,9	5,5	5,92	5,8
Biologia/Geologia (Via Ensino)	12,5	9,7	7,72	7,4
História	6,7	7,0	7,02	6,2
História/C. Sociais (Via Ensino)	9,7	8,2	7,82	7,6
História e Filosofia	9,1	7,7	6,82	6,1
O.G.E.	16,9	17,4	18,82	21
Português/Francês (Via Ensino)	8,0	7,5	5,2	4,8
Português/Inglês (Via Ensino)	7,8	6,5	9,4	10,3
CIFOP	4,6	6,0	7,1	5,9
TOTAL	100	100	100	100

Tal volume que se prende, sem dúvida, com o facto de ter uma quota de recrutamento superior às fixadas para os outros. Sabemos que é este curso que mais facilita os quadros empresariais locais. Isto é, o curso de O. G. E. constitui a base de recrutamento potencial de novos gestores e técnicos empresariais. Não sendo embora o único, o seu peso não deixa de se fazer sentir tanto no sector público como no privado.

Todavia, ainda que alguns indicadores confirmem o seu contributo nesse sentido, não nos foi possível determinar, com rigor, em que medida a Uni-

versidade corresponde, ou tende a corresponder, a essa imperiosa função de formar e qualificar quadros para as solicitações da economia à escala local. Relativamente ao sector do ensino público conseguimos apurar, através de inquérito às principais Escolas Secundárias do Arquipélago, que da Universidade dos Açores saíram cerca de 54% dos seus actuais professores, chegando mesmo a atingir os 60% na Escola Secundária Antero de Quental, em Ponta Delgada, mas apenas 20% na Escola Secundária da Horta. Como se depreende do leque de áreas científicas ministradas, o ensino será uma das áreas preferenciais de absorção dos efectivos qualificados por esta Universidade.

#### 4. A População Estudantil

##### 4.1- Caracterização global

A distribuição dos alunos da Universidade dos Açores matriculados no ano lectivo de 1992/93, por curso, processa-se da seguinte maneira:

Quadro 2  
Distribuição dos alunos por Curso

CURSOS	Fi	%
História Científica	87	6,1
História e C. Sociais (Via Ensino)	106	7,5
História e Filosofia (Via Ensino)	86	6,1
Biologia/Geologia (Via Ensino)	103	7,3
Biologia Científica	91	6,4
O.G.E.	294	20,7
Português/Francês (Via Ensino)	67	4,7
Português/Inglês (Via Ensino)	143	10,1
Est. Port./ Francês.	32	2,3
Est. Port./ Inglês	110	7,7
Matemática (Via Ensino)	85	6,0
Matemática/Informática	81	5,7
Matemática Científica	32	2,3
Engenharia Civil	10	0,7
Engenharia Mecânica	10	0,7
CIFOP	83	5,8
TOTAL	1420	100

Através desta distribuição confirmamos a significativa expressão do Curso de Organização e Gestão de Empresas representando um quinto do total, e o de Português/Inglês (Via Ensino) com um décimo dos efectivos da Universidade, havendo no entanto outros cursos que quase atingem a marca deste último. Por Departamentos, o de História, Filosofia e Ciências Sociais e o de Línguas e Literaturas Modernas atingem uma dimensão semelhante ao de O.G.E..

Quadro 3  
Distribuição dos alunos por Departamento

DEPARTAMENTOS	Fi	%
História Filos. e C. Sociais	279	19,7
Biologia e Geologia	194	13,7
O.G.E.	294	20,7
Línguas e Lit. Modernas	352	24,8
Matemática	198	14,0
Ciências Tecn. e Desenvolvimento	20	1,4
CIFOP	83	5,8
TOTAL	1420	100

Por anos, verifica-se que um maior número de alunos se concentra no primeiro ano diminuindo de ano para ano, o que se explica quer através do insucesso escolar<sup>30</sup>, que vai limitando o número de alunos que transitam para o ano seguinte, quer através do aumento gradual das vagas para o primeiro ano. O facto do quinto ano se apresentar tão sub-representado compreende-se pela estrutura curricular dos Cursos que na maior parte dos casos é de 4 anos, pois só alguns cursos incluem estágio.

<sup>30</sup> Estamos convencidos de que grande parte do insucesso escolar prende-se com o considerável peso dos trabalhadores estudantes, o qual parece constituir uma característica a ter em consideração.

Quadro 4  
Distribuição dos alunos por anos

ANOS	Fi	%
1º ano	538	37,9
2º ano	355	25,0
3º ano	247	17,4
4º ano	186	13,1
5º ano	94	6,6
TOTAL	1420	100

#### 4.2- Caracterização por sexo

A feminização do ensino parece ser aqui a tônica dominante na medida em que as mulheres, com 65,4% constituem, praticamente, dois terços do total dos alunos.

Quadro 5  
Distribuição dos alunos por Sexo

SEXOS	Fi	%
Masculino	489	34,4
Feminino	931	65,4
TOTAL	1420	100

Em relação à distribuição por sexo e por curso, é observável que as mulheres apresentam, para todos os cursos, valores próximos dos 50%, excepto no de Matemática/Informática, onde mesmo assim representam 42% — valor conjunto da Matemática Científica e Engenharias<sup>31</sup>. Por outro lado, são francamente maioritárias<sup>32</sup> nos cursos de: Português/Fran-

<sup>31</sup> Devido ao baixo número de alunos a frequentar estes cursos, optou-se por uma agregação dos ramos de engenharia. De registar ainda o facto de o Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento ter sido criado neste mesmo ano.

<sup>32</sup> Colocámos a fasquia, arbitrariamente, nos 75%.

cês e Português/Inglês (via ensino); Estudos Portugueses/Franceses e Estudos Portugueses/Ingleses e também Matemática (Via ensino), este último com 74.1%. Devemos salientar aqui uma certa dicotomia: os homens são mais numerosos nos cursos vocacionados para um mercado de trabalho heterogéneo, desde a investigação até ao emprego nos sectores público e privado, e as mulheres nos cursos de Letras ou outros vocacionados para o ensino.

A referida dicotomização é mais nítida numa análise por tipo de curso. Assim, os rapazes são maioritários nos cursos de Ciências exactas<sup>33</sup>, 53.1%, e nas Ciências Sociais<sup>34</sup>, 52.5%, enquanto que as raparigas são 83.8% dos efectivos de Letras<sup>35</sup> e 78.2% dos cursos de Ensino<sup>36</sup>, como se poderá constatar pela leitura do quadro 7.

Quadro 6  
Distribuição percentual dos alunos por Curso e Sexo  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

CURSOS	Homens	Mulheres	TOTAL
	43	44	87
História Científica	8.8	4.7	6.1
	49.4	50.6	100
	37	69	106
História/C. Sociais (Via Ensino)	7.6	7.4	7.5
	34.9	65.1	100
	28	58	86
História e Filosofia	5.7	6.2	6.1
	32.6	67.4	100

<sup>33</sup> A categoria *Ciências Exactas* compreende os cursos de Biologia Científica, Matemática Informática e Engenharia Civil/Mecânica.

<sup>34</sup> A categoria *Ciências Sociais* compreende os cursos História Científica e Organização e Gestão de Empresas.

<sup>35</sup> A categoria *Letras* compreende os cursos de Estudos Portugueses/Franceses e Estudos Portugueses/Ingleses.

<sup>36</sup> A categoria *Ensino* compreende os cursos de História e Ciências Sociais, História e Filosofia, Biologia/Geologia, Português/Francês via ensino, Português/Inglês via ensino, Matemática Ensino, Curso Integrado de Formação de Professores (CIFOP).

	32	71	103
Biologia/Geologia (Via Ensino)	6.5	7.6	7.3
	31.1	68.9	100
	35	56	91
Biologia	7.2	6.0	6.4
	38.5	61.5	100
	157	137	294
O.G.E.	32.1	14.7	20.7
	53.4	46.6	100
	10	57	67
Português/Francês (Via Ensino)	2.0	6.1	4.7
	14.9	85.1	100
	13	130	143
Português/Inglês (Via Ensino)	2.7	14	10.1
	9.1	90.9	100
	4	28	32
Est. Port./ Francês.	0.8	3.0	2.3
	12.5	87.5	100
	19	91	110
Est. Port/ Inglês	39.0	9.8	7.7
	17.3	82.7	100
	22	63	85
Matemática (Via Ensino)	4.5	6.8	6.0
	25.9	74.1	100
	47	34	81
Matemática/Informática	9.6	3.7	5.7
	58	42	100
	20	12	32
Matemática	4.1	1.3	2.3
	62.5	37.5	100
	17	3	20
Engenharias	3.5	0.3	1.4
	85.0	15.0	100
	5	78	83
CIFOP	1.0	8.4	5.8
	6.0	94.0	100
	489	931	1420
TOTAL	34.4	65.6	100
	100	100	

Parece poder inferir-se que as raparigas continuam a frequentar os cursos que na década de 60 e início da de 70 Bourdieu e a equipa do GIS consideraram em processo de feminização<sup>37</sup>. Mas também se encontram, hoje em dia, representadas com quantitativos relativamente elevados noutros cursos que não os referidos, sobretudo nos de Ciências Sociais, onde representam cerca de metade dos efectivos, quer nos referamos a História Científica, quer a Organização e Gestão de Empresas. Já para o de Biologia Científica, pensamos que uma hipótese de explicação poderá ser a possibilidade de que, na prática, funcione como um curso para o ensino. A distribuição por sexo e área vocacional é a que apresentamos no Quadro 7.

Quadro 7  
Distribuição dos alunos, por sexo e área vocacional  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

IDADES	SEXO	Masculino	Feminino	TOTAL
	≤ 20		93 19 32.5	193 20.7 67.5
21/23		140 18.6 28.2	356 38.2 71.8	496 34.9
24/27		125 25.6 36.2	220 23.6 63.8	345 24.3
≥ 28		131 26.8 44.7	162 17.4 55.3	293 20.7
TOTAL		489 34.4	931 65.6	1420 100

<sup>37</sup> Cf. Bourdieu, 1964 e GIS, *op.cit.*

#### 4.3 - Caracterização por idades

Quadro 8  
Distribuição dos alunos por grupos de idade

IDADES	Fi	%
≤ 20 anos	286	20.1
21/23 anos	496	34.9
24/27 anos	345	24.3
28/38 anos	244	17.2
+39 anos	49	3.5
TOTAL	1420	100

Em relação às idades, é de salientar que um quinto dos alunos, 20.7%, têm idades iguais ou superiores a 28 anos, o que reflecte precisamente a situação que assinalamos relativa aos trabalhadores estudantes, demonstrando ser significativo o número dos que iniciaram o seu percurso universitário relativamente tarde ou que interromperam os estudos. Seria importante, numa fase posterior, procurar saber quais as razões desta dispersão tão significativa das idades nos estudantes da Universidade dos Açores.

Podemos constatar ainda que os homens são geralmente mais velhos, pois 26.8% têm 28 ou mais anos, enquanto as mulheres nas mesmas circunstâncias representam apenas 17.4% deste grupo etário.

Quadro 9  
Distribuição dos alunos por Sexo e por Idade  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

IDADES	SEXO	Masculino	Feminino	TOTAL
≤ 20		93	193	286
		19	20,7	20,1
		32,5	67,5	
21/23		140	356	496
		18,6	38,2	34,9
		28,2	71,8	
24/27		125	220	345
		25,6	23,6	24,3
		36,2	63,8	
≥ 28		131	162	293
		26,8	17,4	20,7
		44,7	55,3	
TOTAL		489	931	1420
		34,4	65,6	100

Na distribuição etária dos alunos por curso, verificamos que os mais velhos concentram-se nos três cursos do Departamento de História, e nos cursos de O.G.E. e de Biologia/Geologia. Se isto era previsível para o de O.G.E. que funciona em parte em horário nocturno e, como tal, mais facilmente frequentado por trabalhadores, a explicação já não é aplicável aos outros cursos que não têm aquele horário.

Quadro 10  
Distribuição dos alunos por Idades e por Cursos

CURSOS	IDADES	≥ 20	21/23	24/27	+28	TOTAL
História Científica		10	18	25	34	87
História/C. Sociais (Via Ensino)		15	31	27	33	106
História e Filosofia		16	26	17	27	86
Biologia/Geologia (Via Ensino)		13	33	34	23	103
Biologia		28	38	18	7	91
O.G.E.		75	100	58	61	294
Português/Francês (Via Ensino)		5	20	31	11	67
Português/Inglês (Via Ensino)		31	63	31	18	143
Est. Port./ Francês.		2	12	12	6	32
Est. Port./ Inglês		23	42	24	21	110
Matemática (Via Ensino)		17	31	17	20	85
Matemática /Informática		19	27	21	14	81
Matemática Científica		2	11	10	9	32
Engenharias		6	7	4	3	20
CIFOP		24	37	16	6	83
TOTAL.		286	496	345	293	1420

#### 4.4 — Caracterização por proveniência

Quanto à naturalidade dos alunos, podemos verificar que a grande maioria — 47% — nasceu em S. Miguel, havendo também a registar um conjunto relativamente elevado de nascidos no estrangeiro. Dividimos estes em três grupos: os nascidos nos Países, nos países de emigração tradicional açoriana e nos países de emigração tradicional das regiões do norte de Portugal continental. Coloca-se a hipótese de a maioria destes indivíduos serem filhos de emigrantes retornados.

Quadro 11  
Distribuição dos alunos por Ilha ou Distrito de nascimento e de residência

LOCALIDADES	Fi - nas.	Fi - res.	% - nas.	% - res.
Aveiro	30	29	2,1	2,0
Beja	4	1	0,3	0,1
Braga	27	29	1,9	2,0
Bragança	21	13	1,5	0,9
Castelo Branco	12	4	0,8	0,3
Coimbra	26	18	1,8	1,3
Évora	—	2	—	0,1
Faro	4	1	0,3	0,1
Guarda	19	16	1,3	1,1
Leiria	9	12	0,6	0,8
Lisboa	46	25	3,2	1,8
Portalegre	4	—	0,3	—
Porto	34	30	2,4	2,1
Santarém	18	20	1,3	1,4
Setúbal	12	11	0,8	0,8
Viana do Castelo	14	16	1,0	1,1
Vila Real	27	43	1,9	3,0
Viseu	24	—	1,7	—
Graciosa	6	4	0,4	0,3
S. Jorge	18	23	1,3	1,6
Terceira	119	97	8,4	6,8
Corvo	—	1	—	0,1
Faial	47	36	3,3	2,5
Flores	9	9	0,6	0,6
Pico	29	39	2,0	2,7
Santa Maria	21	13	1,5	0,9
S. Miguel	667	900	47,0	63,4
Madeira	15	8	1,1	0,6
Alemanha	2	—	0,1	—
Guiné Bissau	1	—	0,1	—
Moçambique	39	—	2,7	—
S. Tomé	1	—	0,1	—
Brasil	6	—	0,4	—

Canadá	16	—	1,1	—
EUA	19	—	1,3	—
França	22	—	1,5	—
Angola	39	—	2,7	—
Outros	6	—	0,4	—
Sem dados	7	20	0,5	1,4
TOTAL	1420	1420	100	100

Os nascidos na ilha Terceira, representando 8,4%, são o segundo grupo com maior peso, enquanto os continentais só têm expressão significativa quando agregados nesta categoria: 23,3%, dado que numa análise por distritos, o que tem maior peso é o de Lisboa com 3,2%. Os nascidos na Madeira são apenas 1,1%.

Quadro 12  
Distribuição dos alunos por curso e proveniência  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

CURSOS	PROVENIÊNCIA	Continente	Açores	Madeira	Total
História Científica		13	71	1	85
		15,3	83,5	1,2	6,1
História/C. Sociais (Via Ensino)		4,8	6,3	12,5	105
		10	95	0	7,5
História e Filosofia		3,7	8,5	0	86
		25	59	2	6,1
Biologia/Geologia (Via Ensino)		29,1	68,6	2,3	100
		9,3	5,3	25,0	7,1
Biologia Científica		42	57	1	87
		42,0	57,0	1,0	6,2
		15,6	5,1	12,5	
		34	51	2	
		39,1	58,6	2,3	
		12,6	4,5	25,0	

O.G.E.	12	277	1	290
	4.1	95.5	0.3	20.7
	4.4	24.7	12.5	
Português/Francês (Via Ensino)	30	37	0	67
	44.8	55.2	0	4.8
	11.1	3.3	0	
Português/Inglês (Via Ensino)	18	124	0	142
	12.7	87.3	0	10.1
	6.7	11.1	0	
Est. Port./ Francês.	14	17	0	31
	45.2	54.8	0	2.2
	5.2	1.5	0	
Estudos Port/Inglês	42	66	0	108
	38.9	61.1	0	7.7
	15.6	5.9	0	
Matemática Ensino	11	73	1	85
	12.9	85.9	1.2	6.1
	4.1	6.5	12.5	
Matemática/Informática	12	68	0	80
	15.0	85.0	0	5.7
	4.4	6.1	0	
Matemática	4	27	0	31
	12.9	87.1	0	2.2
	1.5	2.4	0	
Engenharias	0	20	0	20
	0	100	0	1.4
	0	1.8	0	
CIFOP	3	80	0	83
	3.6	96.4	0	5.9
	1.1	7.1	0	
TOTAL	270	1122	8	1400
	19.3	80.0	0.6	100

Os dados sobre o distrito de residência habitual, apresentam algumas diferenças em relação aos do distrito de naturalidade. Assim, Lisboa, Porto e Coimbra passam a ter menor peso, enquanto Évora, Portalegre e Beja que, no seu conjunto já não se encontravam muito representados, quase desaparecem. Quer isto dizer que os continentais são provenientes sobretudo das regiões centro e norte de Portugal continental. Quanto ao número dos que residem nas ilhas, a situação tende a favor de S. Miguel que vê o seu valor percentual aumentar de 47% para 63.4%, quase dois terços do total. Tal facto leva-nos a concluir que esta ilha alberga um número relativamente elevado de estudantes universitários que, não tendo nascido nela, aqui residem habitualmente.

Os cursos são na sua maioria frequentados por estudantes açorianos, o que não se verificava em anos anteriores. Aqueles em que existem mais continentais são os de Português/Francês (Via Ensino), com 44.8%; Estudos Portugueses/Franceses, com 45.2%; Biologia/Geologia, com 42%; Biologia Científica, com 39.1% e ainda Estudos Portugueses/Ingleses, com 38.9%.

No que diz respeito à nacionalidade, 4.9% são estrangeiros, sendo de salientar a presença de alguns americanos e canadianos, presumivelmente filhos de emigrantes que conservam a nacionalidade estrangeira. Dos nascidos nos Palop's, quase nenhum declara residência nesses países, o que parece confirmar a hipótese de que a maioria são filhos de portugueses retornados das ex-colónias.

Quadro 13  
Distribuição dos alunos por nacionalidades

NACIONALIDADE	Fi	%
Portuguesa	1351	95.1
Americana	16	1.1
Canadiana	15	1.1
Brasil	2	0.1
Palop's	5	0.4
Outra	31	2.2
TOTAL	1420	100

Em relação ao local de residência em tempo de aulas, a maioria vive em S. Miguel, como seria de esperar, sendo poucos os alunos extraordinários de fora da ilha. De entre os residentes em S. Miguel, a grande maioria vive no concelho de Ponta Delgada<sup>38</sup>.

Quadro 14  
Distribuição dos alunos por residência em tempo de aulas e por concelho

LOCAL	Fi	%
Vila Real	1	0,1
Calheta	1	0,1
Angra	8	0,6
Praia	3	0,2
Horta	3	0,2
Lajes do Pico	3	0,2
Madalena	2	0,1
S. Roque	1	0,1
Lagoa	39	2,7
Nordeste	5	0,4
Ponta Delgada	1189	83,7
Povoação	6	0,4
Ribeira Grande	56	3,9
Vila Franca	29	2,0
Não há dados	74	5,2
TOTAL	1420	100

#### 4.5 — Caracterização por estatuto académico

Outro aspecto a salientar é a possibilidade de nem todos os trabalhadores-estudantes terem, de facto, requerido este estatuto. É um risco de

<sup>38</sup> Este facto levanta a questão de saber quantos se encontram deslocados da sua residência habitual, pois, se for uma percentagem significativa do total, isto não deixará de afectar o mercado da habitação alugável no concelho, partindo do princípio de que aqueles que se encontram deslocados têm que alugar um quarto ou uma casa. Esta preocupação, porém, não faz parte dos objectivos deste trabalho.

distorção dos resultados que corremos. Cremos, no entanto, ser muito reduzido, pois este estatuto, apesar de apresentar alguns aspectos questionáveis, existe para beneficiar os estudantes que exercem uma actividade profissional de forma regular<sup>39</sup>.

Quadro 15  
Distribuição dos alunos por estatuto académico ou regime

ESTATUTO/REGIME	Fi	%
Trabalhador/Estudante	512	36,1
Ordinário	899	63,3
Não há dados	9	0,6
TOTAL	1420	100

Quadro 16  
Distribuição dos alunos por curso e estatuto  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

CURSO	ESTATUTO	Trabalhador	Estudante	TOTAL
		Estudante		
História Científica		52	34	86
		60,5	39,5	6,1
		10,5	3,8	
História e C.Sociais (Ensino)		41	64	105
		39,0	61,0	7,5
		8,0	7,1	
História e Filosofia (Ensino)		37	49	86
		43,0	57,0	6,1
		7,2	5,5	

<sup>39</sup> Do total dos alunos, 36,1% reclamam o estatuto de trabalhador-estudante. Os indivíduos que reclamam este estatuto são geralmente pessoas mais velhas que interromperam os seus estudos. Trata-se de indivíduos que só após o início do percurso laboral conseguiram reunir as condições necessárias para a frequência do ensino universitário. Podemos no entanto colocar como hipótese o facto da entrada na Universidade, que pressupomos tardia, ter objectivos bem definidos de promoção na carreira e de satisfação pessoal. Este é um dos aspectos que esperamos vir a aprofundar numa fase posterior a este estudo, com a realização de um inquérito aos alunos que se declaram como trabalhador-estudante.

	32	70	102
Biologia e Geologia (Ensino)	31.4	68.6	7.2
	6.3	7.8	
Biologia Científica	14	76	90
	15.6	84.4	6.4
	2.7	8.5	
O.G.E.	146	148	294
	49.7	50.3	28.8
	28.5	16.5	
Português/Francês (Ensino)	23	41	64
	35.9	64.1	4.5
	4.5	4.6	
Português/Inglês (Ensino)	30	113	143
	21.0	79.0	10.1
	5.9	12.6	
Estudos Port./Francês	12	18	30
	40.0	60.0	2.1
	2.3	2.0	
Estudos Port/Inglês	37	73	110
	33.6	64.4	7.8
	7.2	8.1	
Matemática Ensino	26	59	85
	30.6	69.4	6.0
	5.1	6.6	
Matemática/Informática	28	53	81
	34.6	65.4	5.7
	5.5	5.9	
Matemática Científica	17	15	32
	53.1	46.9	2.3
	3.3	1.7	
Engenharias	8	12	20
	40.0	60.0	1.4
	1.6	1.3	
CIFOP	9	74	83
	10.8	89.2	5.9
	1.8	8.2	
TOTAL	512	899	1411
	36.3	63.7	100

A grande maioria dos alunos entrou para a Universidade dos Açores nos últimos 4 anos, 83.6%, enquanto que os que entraram há mais tempo representam 9.2% do total.

Quadro 17

Distribuição dos alunos por ano da primeira matrícula

ANO DE MATRÍCULA	Fi	%
≤ 88	131	9.2
89	268	18.9
90	248	17.5
91	290	20.4
92	381	26.8
Não há dados	102	7.2
TOTAL	1420	100

Os que requereram o estatuto de trabalhador-estudante são, em termos relativos, mais homens que mulheres, o que se prende com o facto de serem mais frequentemente os homens a procurarem um emprego em idades mais jovens.

Quadro 18

Distribuição dos alunos por Sexo e por Estatuto Académico  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

ESTATUTO	SEXO	Masculino	Feminino	TOTAL
Trabalhador / Estudante		220	292	512
		45.2	31.6	36.3
		43.0	57.0	100
Estudante		267	632	899
		54.8	68.4	63.7
		29.7	70.3	100
TOTAL		487	924	1411*
		34.5	65.5	100

\*Total, exceptuando os dados desconhecidos.

Se observarmos o cruzamento entre a idade e a residência habitual, verifica-se que a maioria dos mais velhos vive habitualmente nos Açores. É de salientar, no entanto, a existência de 25 indivíduos que, declarando residência habitual no Continente, têm 28 anos ou mais. Não nos parece tratar-se de estudantes a viver por conta dos pais. A hipótese mais plausível é a de serem pessoas destacadas a trabalhar nos Açores durante um certo tempo, quer na função pública quer no sector privado, e que aproveitam a sua estadia para realizar os seus estudos, ou concluí-los, nesta Universidade. Talvez isto explique o terem declarado residência habitual no Continente, apesar de passarem a maioria do tempo nos Açores.

Quadro 19  
Distribuição por Idade e por Residência habitual\*  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

RESIDÊNCIA IDADES	Continente	Açores	Madeira	TOTAL
≤ 20 anos	49	232	2	283
	18,1	20,7	25	20,2
	17,3	82,0	0,7	
21/23 anos	104	386	2	492
	38,5	34,4	25,0	35,1
	21,1	78,5	0,4	
24/27 anos	92	240	4	336
	34,1	21,4	50,0	24,0
	27,4	71,4	1,2	
+ 28 anos	25	264	0	289
	0,2	23,5	0	20,6
	8,7	91,3	0	
TOTAL	270	1122	8	1400*
	19,3	80,1	0,6	100

\*Total, exceptuando os dados desconhecidos.

Quadro 20  
Distribuição dos alunos por Estatuto e por Residência habitual  
(Valores Absolutos e percentuais em linha e em coluna)

ESTAT./RESID.	Continente	Açores	Madeira	TOTAL
Trabalhador/Estudante	55	442	2	499
	20,5	39,6	25,0	35,9
	11,0	88,6	0,4	
Estudante	213	673	6	892
	79,5	60,4	75,0	64,1
	23,9	75,4	0,7	
TOTAL	268	1115	8	1391*
	19,3	80,2	0,6	100

\*Total, exceptuando os dados desconhecidos.

#### 4.6 - Caracterização em função da proveniência socio-profissional dos Pais

Uma outra análise empreendida que permitiu aprofundar a caracterização desta população teve por base o tratamento das variáveis: profissão dos pais, ou a actividade desenvolvida pelo pai e pela mãe de cada estudante do universo considerado, sempre que exista informação nesse sentido.

A posição social dos indivíduos é uma variável que contém, teoricamente, duas dimensões: nível de riqueza ou de posse de bens materiais e prestígio social. Assim, é habitual seleccionar como indicadores o rendimento, a origem ou proveniência dos rendimentos, a profissão, o lugar na profissão, o nível de instrução, a posse (ou não posse) e dimensão da propriedade e a composição do agregado familiar.

Estando esta temática relacionada com a estratificação social e a estrutura de classes, e sendo esta a mais volumosa referência no legado clássico da Sociologia, não terá perdido a actualidade para a compreensão da dinâmica das sociedades contemporâneas, independentemente do seu nível de desenvolvimento técnico-cultural. No âmbito deste trabalho, não há lugar para discorrer acerca da controversa conceptualização para que remete. Quer nos posicionemos numa perspectiva estrutural-

funcionalista<sup>40</sup>, quer numa marxista<sup>41</sup>, somos levados a admitir a inegável importância da distribuição diferencial dos indivíduos e grupos na esfera social<sup>42</sup>.

A posição social dos pais é frequentemente transmitida aos filhos. São vários os autores que salientam a diferenciação de oportunidades decorrentes da situação dos pais, gerada na trama de relações sociais, que se traduz em mecanismos de selecção social, no acesso a cargos e a lugares disponíveis na estrutura económica<sup>43</sup>. No entanto, as sociedades ocidentais criaram o mito de sistemas sociais com funcionamento meritocrático, vivendo a ilusão da promoção pelo diploma, e até pela cultura. As habilitações ou qualificações que a escola confere, constituem um importante meio de ascensão social, não obstante serem vários os factores que contrariam uma certa equiparação ou correspondência entre diplomas conseguidos e emprego e benefícios subsequentes.

Atendendo à necessidade de cruzar esta informação com as restantes variáveis disponíveis, revelou-se mais benéfico uma agregação que traduzisse sinteticamente a proveniência em termos de estatuto social, correlativamente com a posição social dos progenitores. No entanto, seria abusivo da nossa parte pretender com esta construção obter uma estratificação da população em presença<sup>44</sup>.

A profissão é um dos principais factores de estratificação dos indiví-

<sup>40</sup> Cf. Talcott Parsons, "An Analytical Approach to Theory of Social Stratification", in *American Journal of Sociology*, vol. 45, e Merton, Robert K., *Eléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, Paris, Plon, 1940.

<sup>41</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et classes sociales*, Paris, Maspero, 1968.

<sup>42</sup> Relembramos a propósito o trabalho de A. Sedas Nunes e David Miranda realizado a partir dos dados do Recenseamento de 1960 que, baseando-se numa grelha de 4 indicadores: a Profissão, o Nível de Instrução alcançado, o Nível de Rendimento e a Competência ou qualificação técnica, constitui ainda, apesar de ser uma obra datada, uma referência de todos os trabalhos sobre análise da estrutura social para a População Portuguesa. Mesmo nos trabalhos mais recentes, verificamos que a estrutura social é basicamente obtida a partir de um número variável de indicadores como Profissão, Situação ou Lugar na Profissão, Nível de Escolaridade alcançado, Nível de Rendimento, Competência Técnica e Dimensão da Propriedade.

<sup>43</sup> Raymond Boudon, *L'Inégalité des chances*, Paris, Armand Colin, 1973.

<sup>44</sup> Isto é, se procurarmos inventariar as componentes da variável proveniência-social/origem-social, ou posição social dos estudantes, deparamos com a seguinte

duos, dado que permite alcançar através do rendimento, dela decorrente, um conjunto de bens materiais e usufruir de um certo prestígio ou desprestígio, numa determinada ordem social. Como tal, admitimos que participe das duas vertentes (posse e prestígio) que possibilitam a distribuição dos indivíduos pela esfera social.

Assim, poderemos falar em grupos socio-profissionais de baixo ou elevado estatuto social, mas não em classes sociais. Por isso mesmo, não foi utilizada esta última terminologia. No entanto, pensamos que, para uma maior coerência das ilações, seria de cruzar a tipologia assim obtida com os níveis de escolaridade ou as habilitações literárias dos pais, variáveis indispensáveis em estudos desta índole.

Numa análise preliminar em função da profissão dos pais, verificamos a seguinte distribuição:

Quadro 21  
Peso Relativo dos diferentes grupos  
de profissões dos pais dos alunos da U. A.

GRUPOS DE PROFISSÕES	PAI			MÃE		
	Fi	%	ficum	Fi	%	ficum
Dir. Q. Dir. Empresas	139	9,8	9,8	52	3,7	3,7
Profissões Intelectuais e Científicas	83	5,8	15,6	93	6,5	10,2
Profissões técnicas intermédias	131	9,2	24,8	98	6,9	17,1
Empregados Administrativos	187	13,2	38,0	143	10,1	27,2
Serviços de Protecção e Segurança	120	8,5	46,5	38	2,7	28,9
Trabalhadores agrícolas e Pescas	137	9,6	56,1	11	0,8	30,7
Indústrias extrativas e transformadoras	115	8,1	64,2	12	0,8	31,5
Oper. de Montagem e instalações ind.	54	3,8	68,0	3	0,2	31,7
Não qualificado agrícolas e comércio	9	0,6	68,6	34	2,4	34,1
Falta / Reformado e Doméstica	446	31,4	100	936	65,9	100

Constatamos que 24,8% dos estudantes da Universidade dos Açores têm um pai que exerce ou funções de direcção ou desenvolve uma profissão de natureza técnico-científica. Este facto torna-se ainda mais revela-

te questão: Até que ponto é legítima a construção da variável *origem social* com um indicador apenas? A resposta não é simples, pois esta construção não é unidimensional envolvendo aspectos substancialmente distintos, ainda que pela sua natureza, os indicadores habitualmente usados na construção de estruturas sociais estejam muitas vezes correlacionados.

dor da proveniência social dos alunos se lhe juntarmos os que exercem cargos administrativos, e se não considerarmos os reformados, o seu valor eleva-se para 55,4% do total dos alunos cujo pai se encontra a exercer uma profissão remunerada. No que concerne à profissão das mães, a situação é particularmente diferente, embora evidencie a mesma tendência. Assim, tomando os últimos critérios referidos, 79,8% das mães que exercem uma actividade remunerada pertencem a grupos socio-profissionais médios altos ou de estatuto social elevado.

No sentido de encontrar um índice sintético que ponderasse simultaneamente as profissões do pai e da mãe, e permitisse uma classificação dos indivíduos segundo a proveniência socio-profissional<sup>45</sup>, efectuou-se uma agregação das profissões anteriormente referidas em três grandes categorias — mais funcionais para os efeitos pretendidos. A distribuição resultante revela uma expressiva representação das “categorias do topo” dado o peso relativo de cada uma na composição da população universitária, distanciando-se, deste modo, da provável configuração que a estratificação social apresenta mesmo a nível local.

Quadro 22

Grandes Categorias de Grupos socio-profissionais dos pais ou “Proveniência socio-profissional” dos estudantes da U. A.

Categorias Profissionais dos Pais	Frequência	%	%*
Profissões de Elevado Estatuto Social (G-I)	360	25,4	33,7
Profissões de Médio Estatuto Social (G-II)	410	28,9	38,3
Profissões de Baixo Estatuto Social (G-III)	299	21,1	28,0
Não Classificadas ( Reform. e Domésticas)	351	24,7	-

\* Valores obtidos não entrando em linha de conta com reformados e domésticas

<sup>45</sup> Utilizou-se a seguinte forma de agregação dos grupos socio-profissionais: Profissões e quadros dirigentes (1) ou profissões intelectuais e científicas (2) -> Grupo I  
Profissões Técnicas Intermédias (3), Empregados Administrativos (4) e Serviços de Protecção Civil e Segurança (5) -> Grupo II.  
Restantes sem reformados e Domésticas (6), (7), (8), (9) -> Grupo III.

Assim, admitindo um estatuto inerente à actividade e uma valorização diferencial do mesmo diríamos que 33,7% dos estudantes têm pais a exercer uma profissão com elevado estatuto ou com um certo *status* posicional na esfera social.

Numa análise por curso, verificamos uma proveniência mais elevada para os estudantes dos cursos de Engenharias, Biologia e Gestão, enquanto os estudantes dos cursos de História e de Línguas e Literaturas Modernas são oriundos de famílias mais modestas em termos de prestígio social.

Quadro 23

Proveniência Socio-Profissional dos Estudantes da U. A. por Cursos (% em linha)

Curso\Proveniência Social <sup>46</sup>	Grupo I	Grupo II	Grupo III
História, Hist.-Filo e H. C. S.	15,5	49,6	34,8
Biologia e Biologia e Geologia	48,7	30,1	21,2
Organização e Gestão de Empresas	40,2	36,5	23,3
Línguas e Literaturas Modernas	31,5	37,6	30,8
Matemáticas	35,2	41,5	23,2
Engenharias	53,3	33,3	13,4
CI-FOP	20,0	34,3	45,7

Quando procuramos saber como se distribuem os valores da categorização em apreço, fixando a variável distrito de residência habitual<sup>47</sup>, constatamos que os estudantes originários da Região de Lisboa são os que apresentam a origem mais elevada no conjunto comparativamente com as restantes.

<sup>46</sup> Esta designação apenas representa, como se disse, a categoria socio-profissional dos pais.

<sup>47</sup> Para os fins propostos, parece-nos fornecer informação mais adequada que a naturalidade dos alunos.

Quadro 24  
Diferenciação da Origem socio-Profissional em função  
da Origem Geográfica (Valores em percentagem para cada Região)

Curso\ Proveniência Social	Grupo I	Grupo II	Grupo III
Região Norte Litoral <sup>48</sup>	34,2	35,3	30,6
Região Norte Interior <sup>49</sup>	21,0	36,9	42,1
Lisboa e Região Sul <sup>50</sup>	46,7	40,0	13,3
Região Centro - Beiras <sup>51</sup>	25,0	62,5	12,8
S. Miguel	33,7	38,8	27,5
Terceira	39,0	43,9	17,1
Restantes Ilhas	30,7	33,7	35,6

#### Notas finais

Na Sociologia da Educação, sobretudo nos anos 50, acreditava-se que existia uma relação entre o aumento da escolaridade e a mobilidade social ascendente, segundo o princípio meritocrático de que quanto maior fosse o desempenho escolar do indivíduo, mais elevada seria a posição social que o estudante viria a ocupar futuramente.

Foi a partir dos anos 60 que autores como Bourdieu e Passeron<sup>52</sup> e, sobretudo, Boudon<sup>53</sup>, provaram não existir relação causal entre escolaridade acrescida e mobilidade social ascendente. Segundo este último autor, a posição social dos indivíduos muda pouco de geração em geração, bem como a probabilidade de ascensão, permanência ou decadência<sup>54</sup> e pouco

<sup>48</sup> Com os valores agregados dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Porto e Viana do Castelo.

<sup>49</sup> Com os valores agregados dos distritos de Braga, Bragança e Vila Real.

<sup>50</sup> Com os valores agregados dos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, Beja, Évora e Faro.

<sup>51</sup> Com os valores agregados dos distritos de Guarda e Castelo Branco.

<sup>52</sup> Cf. Bourdieu e Passeron, 1964, *op.cit.*

<sup>53</sup> Que, segundo Grácio, 1986, *op.cit.*, 124-125, foi quem provou definitivamente que não havia ligação entre uma maior escolaridade e a mobilidade social ascendente, no livro de Boudon, 1973, *op.cit.*

<sup>54</sup> Cf. por exemplo, o estudo clássico: Daniel Bertaux - *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes, 1978.

varia entre países com graus de oportunidade diferentes em relação ao ensino. Boudon<sup>55</sup> refere ainda existir um conjunto de estudos para vários países europeus, cujas conclusões indicam ser fraca a relação estatística entre nível de instrução e estatuto social ou rendimento.

Por outro lado, Petitat<sup>56</sup> refere que o aumento da procura do ensino universitário leva à desvalorização relativa dos diplomas, havendo como que uma translação das anteriores hierarquizações sociais para cima, que, na prática, se perpetuam. Assim, a expansão do ensino, concretamente do universitário, não contribuiria para a mudança da estrutura social, através da mobilidade social ascendente, dado não existir uma relação directa de causa e efeito entre estes dois fenómenos, pois, como refere Grácio: "a mobilidade social (inter e intrageracional) depende sobretudo de factores estruturais, constituídos pela relação quantitativa que se estabelece, em cada momento, entre os candidatos das diferentes classes às posições sociais e as posições sociais disponíveis"<sup>57</sup>.

No entanto, o mesmo autor<sup>58</sup> explicita ainda que existiu um período em que, a um aumento da escolaridade correspondeu, pelo menos parcialmente, um processo de modificação na estrutura social, com um acréscimo, não quantificado, dos percursos de mobilidade social ascendente. Foi durante os anos 50 e 60, que se assistiu a mudanças na estrutura sócio-económica das sociedades europeias, em virtude do período de expansão económica e de grande mudança tecnológica que então se viveu. Por um lado, a concentração empresarial a que se assistiu obrigou à alteração das estratégias de reprodução social de fracções das classes dominantes. O capital económico passou a ser transmitido indirectamente através do capital cultural, dado que a posse do capital económico, directamente transmissível, ficou concentrado num número menor de indivíduos. Por outro lado, o aumento do número de assalariados produziu uma procura semelhante do sistema escolar, pois o único meio que estes tinham de transmitir o capital económico era através do capital cultural, como refere Grácio<sup>59</sup>. Este autor afirma que o período de concomitância entre transformações sociais e expansão da escolaridade

<sup>55</sup> Grácio, 1986, *op.cit.*, 190.

<sup>56</sup> Petitat, 1982, *op.cit.*, 443-460.

<sup>57</sup> Grácio, 1986, *op.cit.*, 125.

<sup>58</sup> *Idem*, 120.

<sup>59</sup> *Idem*, 120.

dade em Portugal se prolongou até à primeira metade da década de setenta.

Uma das hipóteses de trabalho que se pretendeu desenvolver ao longo deste estudo, do qual estamos a apresentar apenas uma primeira abordagem, foi a de que este período se prolongou nos Açores, até uma data posterior à referida por Grácio para o conjunto do país, tendo assim havido tempo para que a Universidade dos Açores contribuisse para a modificação da estrutura social da Região.

As hipóteses que nos levam a apontar neste sentido são as seguintes:

- a) os Açores terem sentido o impacto dos movimentos sociais nacionais com relativo atraso (não quantificado);
- b) a expansão da Segurança Social, Saúde e Educação, que se seguiu ao 25 de Abril de 1974;
- c) a expansão das competências autárquicas, também a partir de 1975;
- d) a criação da Administração Regional;
- e) a carência de indivíduos qualificados que a Região tem sentido ao longo do tempo.

Na nossa hipótese, todos estes factores implicaram a criação de um número significativo de postos de trabalho, sobretudo na Função Pública, mas também, e por arrastamento, no sector privado, sendo os mais qualificados ocupados por indivíduos formados na Universidade dos Açores, pelo menos a partir da primeira metade dos anos 80. Desta forma, ela desempenhou um papel importante na mudança da estrutura social da Região e no desenvolvimento local. Mas qual o alcance das transformações registadas na estrutura social dos Açores? Qual a tendência seguida?

Os dados agora apresentados não são suficientes para responder cabalmente a estas interrogações, que merecem um trabalho mais aprofundado. No entanto, permitem uma primeira caracterização dos estudantes da Universidade dos Açores por curso, quer em termos de proveniência social, quer de origens geográficas, o que constitui uma etapa obrigatória para atingir outros objectivos.

## Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís - "Famílias, estudantes e Universidade - Painéis de observação sociográfica", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, pp. 129-150.
- ALMEIDA, João Ferreira de - *Classes Sociais nos campos*. CIES/ISCTE, Lisboa, 1986.
- ARROTELA, Jorge Carvalho - *Análise Social da Educação*, Ed. Roble, Lisboa, 1991.
- BERTAUX, Daniel - *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes Editora, 1978, (c1977).
- BOUDON, Raymond e LEGNEAU, Janina - "A desigualdade de oportunidades perante o ensino na Europa Ocidental", *Perspectivas*, Vol. X, nº 2, 1980, pp. 188-195.
- BOUDON, Raymond - *L' inégalité des chances*, Paris, Armand Colin, 1973.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude - *Les héritiers: Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude - *La Reproduction*, Ed. De Minuit, Paris, 1970.
- CARMO, Francisco - "As Ciências Sociais: ponto de encontro entre o compromisso social e a função cultural da Universidade", *Arquipélago (Ciências Sociais)*, nº 1, Ponta Delgada, 1986.
- CRUZEIRO, M<sup>te</sup> Eduarda - "A população universitária portuguesa: uma nota estatística", *Análise Social*, vol. VIII, nº32, 1970, pp. 721-740.
- ENES, José - "Fundação e perspectiva histórica da Universidade dos Açores", *Pensando no X aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, U.A., 1986.
- GRÁCIO, Sérgio - *Política educativa como tecnologia social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- Guia Informativo da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, U.A., 1988.
- LIMA, Pedro, DORES, António Pedro e COSTA, António Firmino da - "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, CIES/ISCTE, 1991, 43-66.

- MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino da e ALMEIDA, João Ferreira de - "Identities and Orientations of students", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, Junho, 1989, pp. 198-209.
- NUNES, Adérito Sedas e MIRANDA, David Sá de - "A composição Social da População Portuguesa: alguns aspectos e implicações", *Análise Social*, nº 27-28, vol. VII, 1960, pp. 333-381.
- PARSONS, Talcott - "An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification", in *American Journal of Sociology*, vol. 45, 1940; e MERTON, Robert K. - *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, Paris, Plon, 1965.
- PETITAT, André - *Production de l'école - production de la Société*, Genève/Paris, Droz, 1982.
- PIRES, António Machado - "Discurso de Abertura", *Pensando no X Aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, U.A., 1986.
- PIRES, António Machado - "O Perfil do universitário na sociedade contemporânea", *Pensando no X aniversário da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, U.A., 1986.
- POULANTZAS, Nicos, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, Maspéro, 1968.
- SEDAS NUNES, Adérito - "A Universidade no sistema social português", *Análise Social*, vol. VIII, nº 32, pp. 649-707.
- SORMAN, Guy - *A Nova Riqueza das Nações*, Lisboa, Difel, 1988 (d.l.).